

Débito é saldado com as reservas

A economia de qualquer País é pilotada através das políticas cambial, fiscal e monetária, que mantêm estreita relação entre si. Acompanhe as implicações do uso de cada um destes instrumentos.

1) Política cambial — estabelece a paridade entre o cruzeiro e o dólar. Por isso, é a principal ferramenta de controle do comércio exterior e manutenção de um nível adequado de reservas.

Precisando saldar parte do que é devido aos credores, sem recorrer às reservas, o governo (que tem cruzeiros) compra a moeda norte-americana do setor privado (exportadores). Como este mercado é regulado pela lei da oferta e demanda, a procura sustentada do setor governamental força a elevação do dólar. Com isso, as exportações são incentivadas mas as importações encarecem. Consequência: inflação à vista.

De outro lado, uma economia cujo foco principal é o mercado externo corre o risco de se desorganizar facilmente. Esta produção direcionada estará sempre sujeita a oscilações dos preços dos produtos no mercado internacional. Mais um perigo: hoje está havendo uma desaceleração da economia mundial, notadamente nos Estados Unidos (principal parceiro comercial do Brasil). Some-se a isto resistências por todos os lados de se abrir mercados, com o incremento de barreiras à importação. Por estas razões, qualquer revés no mundo compromete a base em que se estrutura a economia do País. Sem ter para

quem exportar, está falido o sistema.

2) Política fiscal — monitora a dupla receita/despesa do governo. Os cruzeiros que são utilizados para comprar dólares dos exportadores não nascem em árvores, se não houver uma superação das receitas governamentais em relação a seus gastos, o Tesouro Nacional é obrigado a emitir dinheiro. Mas é uma emissão falsa, sem lastro. Este é o chamado déficit público. A maior velocidade no rodar das máquinas produtoras de moeda engendra o chamado excesso de liquidez. Há muito dinheiro para pouca produção o que resulta em inflação.

Superávits do Tesouro são obtidos através de dois caminhos. Ou as despesas são cortadas ou a arrecadação é aumentada. Nas duas pontas, há reflexos para a sociedade. Um corte profundo nas despesas pode abarcar, indesejavelmente, investimentos em saúde, educação, telecomunicações, transportes. Enfim, tudo que cabe ao governo investir. Implicação: piora a qualidade dos serviços públicos, além de haver uma redução nos empregos gerados por obras governamentais.

Já a elevação de receitas é feita pela via tributária. Fácil constatar que pode cobrar imposto para todo mundo. Resultado: achatamento do salário real (para os trabalhadores) e do lucro real (para as empresas). E, em um cenário recessivo, significa um aumento perverso da participação do setor governamental no PIB (Produto Interno Bruto), em comparação à renda gerada pe-

lo setor privado.

3) Política monetária — zela pela quantidade de dinheiro em circulação no sistema. Supondo que as contas do Tesouro sejam deficitárias (o que já está sendo previsto para o próximo ano), o governo eleva juros para combater o excesso de liquidez. Juros altos prejudicam a produção. Afinal, o empresariado vai se ressentir dos custos de financiamento e de manutenção de estoques. E, principalmente, da dificuldade de desová-los, pois o consumo é refreado e as negociações entre indústria e comércio tornam-se mais difíceis. Consequência: queda da atividade produtiva, com aumento de demissões.

Moto contínuo

Todo este processo é uma espécie de moto contínuo. Uma vez detonado, é difícil perceber a causa inicial. Instala-se um círculo vicioso na Economia. Daí necessidade do uso de uma balança de alta precisão, que pese muito bem a capacidade de pagamento do País aos credores. Isto para que as reservas sejam mantidas e não sejam adotadas políticas cambial, fiscal e monetária suicidas.

Em tempo: não se trata de resuscitar o dilema "pagar ou não pagar". Algo tem que ser pago. Ignorando este fato, o Brasil é forte concorrente a ser banido da comunidade financeira internacional. Até o mais ingênuo dono de botequim não vende fiado para cliente golpista. Que dirão os credores externos que, bem ou mal, financiaram o "boom" desenvolvimentista nacional nos anos 70. (D.V.)